

# PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL DA EJA

Marco Antônio Franco do Amaral<sup>1</sup>  
Suellem Ferreira do Amaral Oliveira<sup>2</sup>  
Ana Lúcia Ribeiro Nascimento<sup>3</sup>

A educação de jovens e adultos, no cenário educacional brasileiro da última década, segundo dados do Censo de 2013, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vem se destacando como uma resposta a uma demanda de mais de 13 milhões de pessoas maiores de 15 anos que não sabem ler e escrever, o que equivale a 8,5 % dessa população. Em 2000, o número de analfabetos ultrapassava 16 milhões de brasileiros. Apesar da diminuição numérica, ainda existe um número significativo da população jovem e adulta, excluída do sistema escolar regular, sem condições de acesso à educação.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino complexa envolvendo dimensões educacionais que ultrapassam a prática escolar. Durante muitos anos essa educação resumia a alfabetização de adultos no Brasil como um processo voltado apenas para o aprendizado da leitura e da escrita. Este objetivo, contudo, carecia de estratégias pedagógicas voltadas para as reais necessidades desse público. O próprio aluno, ao se matricular na EJA, busca na escola uma possibilidade de integração à sociedade letrada, uma vez que é constantemente excluído por não dominar a leitura e a escrita.

Conceitualmente, a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade específica da Educação Básica que se dedica a atender a um público através de um processo de aprendizagem, formal ou não, de modo a possibilitar que esses sujeitos enriqueçam os seus conhecimentos e/ou melhorem suas qualificações profissionais e técnicas.

Para Di Pierro e Haddad (1999), a Educação de Jovens e Adultos é percebida como

um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar (DI PIERRO; HADDAD, 1999, p. 132).

Segundo a Declaração de Hamburgo:

Por educação de adultos entende-se o conjunto de processos de aprendizagem, formais ou não formais, graças aos quais as pessoas, cujo entorno social as considera adultos, desenvolvem suas capacidades, enriquecem seus conhecimentos, e melhoram suas competências técnicas ou profissionais ou as reorientam a fim de atender suas próprias necessidades e as da sociedade. A educação de adultos compreende a educação formal e permanente, a educação não formal e toda gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes em uma sociedade educativa e multicultural, na qual se reconhecem os enfoques teóricos e baseados na prática. (Art. 3 da Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, 1997).

---

<sup>1</sup> Instituto Federal Goiano, Morrinhos, Goiás, Brasil. E-mail: <mailto:marco.amaral@ifgoiano.edu.br>.

<sup>2</sup> Instituto Federal Goiano, Morrinhos, Goiás, Brasil. E-mail: [suellem\\_ferreira123@hotmail.com](mailto:suellem_ferreira123@hotmail.com).

<sup>3</sup> Instituto Federal Goiano, Morrinhos, Goiás, Brasil. E-mail: [anaminzinha@hotmail.com](mailto:anaminzinha@hotmail.com).

A denominação “Educação de Jovens e Adultos” substitui o termo Ensino Supletivo da Lei nº 5.692/71. Esta lei atualmente compreende o processo de alfabetização, cursos e exames supletivos no ensino fundamental e médio. Assim, a educação de Jovens e Adultos é considerada mais do que um direito para os cidadãos brasileiros, ela é a chave que abrirá as portas para o seu pleno exercício da cidadania.

No inciso VII do Artigo 4ª da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) podemos observar a reafirmação do dever do Estado de garantir o oferecimento da EJA: "a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola". (BRASIL, 1996).

A EJA tem sido tema de políticas públicas com relação ao acesso, a permanência e ao atendimento, principalmente nas últimas décadas, em virtude do avanço da expansão do ensino básico no país. Contudo, apesar de observarmos diversas tentativas e iniciativas políticas e sociais de minimizar o problema, a educação brasileira de jovens e adultos ainda tem um longo caminho a percorrer para que possa decisivamente garantir uma educação de qualidade. Os dados divulgados pelo IBGE, em 2013, demonstram um cenário alarmante. A meta programada de extinção do analfabetismo não se concretizou, pois, na realidade, temos um índice de 8,5 % de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade.

## **Metodologia**

O presente estudo teve como objetivo compreender como se estabeleciam os processos de leitura e escrita na Educação de Jovens e Adultos no primeiro segmento do Ensino Fundamental I na cidade de Morrinhos-GO. A pesquisa realizada teve uma abordagem qualitativa de caráter exploratório. Utilizou-se o cruzamento de fontes orais (história oral) e impressas (bibliográficas) com observações realizadas no contexto da pesquisa. Na coleta de dados foram realizadas técnicas de observação em sala de aula e entrevistas semiestruturadas com os docentes e com os alunos como forma de identificar práticas de leitura e escrita na EJA em Morrinhos-GO.

## **Processos de leitura e escrita**

Partindo da premissa de que a leitura e a escrita são invenções sociais utilizadas para se comunicar por intermédio do tempo e espaço e a necessidade de ser “compreendido por outros é universal” (GOODMAN, 1987, p. 14) verificamos que estas são demasiadamente importantes para nosso convívio em sociedade. Independente da língua, os processos de leitura e escrita se dão de maneira similar entre os povos. A diferença reside em como se utiliza estes processos.

A escrita é a representação gráfica da fala e do pensamento e, segundo pesquisas realizadas por Ferreiro e Teberosky (1999), a mesma é determinada por cinco níveis até que o aluno alcance o patamar alfabético. Assim, este processo se delinea: a) pré-silábico que é subdividido em dois níveis nos quais o aluno não consegue relacionar as diferentes letras aos sons, b) silábico no qual cada aluno interpreta à sua maneira e atribui valores às sílabas, c) silábico-alfabético no qual o aluno intercala lógica do nível anterior identificando as sílabas e d) alfabético em que o aluno domina valores das sílabas.

A escrita tem como objetivo a leitura que por sua vez é a interpretação da mesma. De acordo com Cagliari,

A escrita deve ter como objetivo essencial o fato de alguém ler o que está escrito. Ler é um ato linguístico diferente da produção espontânea de fala sobre um assunto qualquer. Ler é condicionado pela escrita, mesmo que a restrição seja somente semântica. É exprimir um pensamento estruturado por outra pessoa, não pelo leitor falante. (CAGLIARI, 2009, p. 89).

Muitas escolas ainda praticam formas mecanizadas para o ensino da leitura e escrita, não considerando o contexto em que os alunos estão inseridos. Este aprendizado precisa ocorrer de forma natural e o aluno necessita encontrar sentido neste valioso aprendizado.

### **Leitura e escrita no contexto da pesquisa**

As práticas de leitura e escrita no primeiro segmento do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na cidade de Morrinhos-Go carecem de uma reorganização. A abordagem comumente aplicada em turmas da EJA se destaca na proposta pedagógica utilizada. Não se observa uma ação recíproca entre os conteúdos, o ensino e a aprendizagem - elementos centrais e indissolúveis no processo didático. O processo de leitura se dá de modo mecânico sem nenhuma reflexão daquilo que os alunos estão lendo. A escrita é, na maioria das vezes, uma cópia do texto escrito no quadro pela professora.

A proposta utilizada na EJA em Morrinhos - Ensino Fundamental I - reforça a reprodução de técnicas puramente mecanizadas com a memorização dos conteúdos, a leitura e a escrita de palavras presentes nas cartilhas ou nos livros, sem que haja relação alguma entre o que está escrito e o contexto no qual o aluno está inserido. Os alunos não são convidados a conhecer, a compartilhar experiências anteriores. Tal abordagem, amplamente utilizada na EJA, é conhecida por Paulo Freire como “concepção bancária”. Nesta perspectiva da educação

o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca. (FREIRE, 1987, p. 33-34).

Com a concepção bancária no ambiente educacional da EJA, Ensino Fundamental I, na cidade de Morrinhos(GO), observamos uma dissonância entre o que a escola propõe e as expectativas dos alunos. Assim,

Os altos índices de evasão e repetência nos programas de educação de jovens e adultos indicam falta de sintonia entre essa escola e os alunos que dela se servem, embora não possamos desconsiderar, a esse respeito, fatores de ordem socioeconômica que acabam por impedir que os alunos se dediquem plenamente a seu projeto pessoal de envolvimento nesses programas. (OLIVEIRA, 1999, p. 62).

As dificuldades particulares do aluno na EJA interferem em seu aprendizado. Muitos alunos são trabalhadores e possuem pouco tempo para se dedicarem aos estudos fora do ambiente escolar. Além disso, o cansaço e os compromissos particulares também corroboram para um baixo rendimento do aluno nas atividades desenvolvidas na sala de aula.

Observamos, em entrevistas com os professores da EJA em Morrinhos, que há um preconceito sobre as concepções do aluno na EJA as quais dificultam ainda mais o processo de aprendizagem. Ele, o aluno, é visto e se vê como alguém que ‘perdeu tempo’; aquele que não aprendeu no momento “certo” e que, hoje, possui dificuldades para estar envolto em novos processos de formação. Outro elemento, que merece evidência na atual proposta pedagógica na EJA, é a escolha dos conteúdos e do material didático a serem trabalhados na sala de aula.

O educador, nesta proposta pedagógica, vai sendo impossibilitado de refletir sobre suas ações, de construir conhecimento coletivamente, de aproveitar e observar a riqueza das experiências trazidas por seus alunos. Os professores se posicionam em uma condição inflexível através da qual supõe possuir todo o conhecimento. Os alunos são observados como desprovidos de saberes e experiências que poderiam contribuir com o processo de aprendizado; eles não são convidados a conhecer, a experimentar e a compartilhar, apenas memorizam mecanicamente, recebem o conteúdo - sem interligações - de modo unilateral e vertical.

### Considerações finais

Alfabetizar é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever, mas envolve também a capacidade de o mesmo interpretar e compreender o que lê e escreve. O conceito de letramento é o processo de desenvolvimento da leitura e escrita em práticas sociais. Alfabetização e Letramento mesmo que distintos são indissociáveis e interdependentes, “a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas”. (SOARES, 2004, p. 97).

Na prática pedagógica, alguns professores atuam com atividades presentes em livros didáticos do 1º ao 5º anos, oferecem aos alunos literatura infantil e concentram as atividades docentes e discentes apenas na oralidade. Assim, não há um entrelaçamento entre a leitura e a escrita - elemento necessário e intrínseco no processo de alfabetização.

Ademais, no método predominantemente utilizado são desconsideradas a realidade social e cultural do aluno e, em muitos casos, demonstram uma transposição para a EJA de elementos presentes nas cartilhas da pré-escola utilizadas pelas crianças.

A necessidade de formação de leitores e escritores autônomos deve ir muito além do que tem sido observado em muitas práticas de Educação de Jovens e Adultos. Uma proposta pedagógica efetiva e voltada para os novos desafios deve assegurar aos jovens e adultos que conhecimentos diversos lhes sejam transmitidos, não só para a decodificação do código linguístico, mas também aos saberes da cidadania, da sociedade, da tecnologia e de tudo o que se torna fundamental no bom desenvolvimento social, político e econômico dos indivíduos.

### Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 14 nov. 2014.

CAGLIARI, L. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 2009.

DI PIERO, M. C.; HADDAD, S. **Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil**: contribuições para uma avaliação da década da Educação para Todos. (Brasília, DF: 10/11/06/1999), INEP/MEC, 1999.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOODMAN, K. O processo de leitura: considerações a respeito das línguas e do desenvolvimento. In: FERREIRO, Emilia; PALACIO, Margarita Gomes. **Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas**. Tradução de Luiza Maria Silveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. Cap. 1. p. 11-22.

OLIVEIRA, M. de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, n. 12, set./dez. 1999.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, jan./abr. 2004.